

AO EXPEDIENTE

Em: 20 / 05 / 2021

Presidente

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

20 MAI 2021

Servidor(nome legível)



Governo do Estado de

RONDÔNIA

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembléia Legislativa

25 MAI 2021

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 113, DE 20 DE MAIO DE 2021

Protocolo: 103/2021

Processo: 103/2021

Assém...
Fol...
cm
Estado de rRecebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

25 MAI 2021

Secretário

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que votei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Ilustre Assembleia Legislativa, o qual "Dispõe sobre a realização de análise para detecção da presença de agrotóxicos nas águas sob o domínio estadual e na água destinada ao consumo humano, no âmbito do Estado de Rondônia.", encaminhado a este Executivo por meio da Mensagem nº 84/2021-ALE, de 28 de abril de 2021.

Senhores Deputados, imperioso destacar que, de acordo com o Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras de Água, Sedimento, Comunidades Aquáticas e Efluentes Líquidos, para estabelecimento de qualquer política de monitoramento ambiental exige-se um plano de amostragem, com objetivos bem definidos, conhecimento aprofundado das metodologias dos programas de amostragem e limitações dos mesmos, mostrando a inferência de que a etapa de amostragem bem desenvolvida é crucial para o desenvolvimento das etapas seguintes. As coletas de água necessitam de pessoal capacitado, recurso para pagamento de diárias e combustível, veículos em perfeito estado de conservação, instrumentos e kits de coleta com caixas térmicas, gelo, garrafas descartáveis e reagentes para estabilização de amostras.

Além do mais, não houve e não há o estabelecimento de estudos técnicos para viabilidade de desenvolvimento de plano amostral à identificação da viabilidade dos pontos de monitoramento, e ainda deve-se estabelecer os custos que irão incidir sobre tal situação, anterior a implantação de um programa, assim as instituições busquem promover programas de monitoramento contínuo precisa planejar anteriormente a legalização de programas, como exemplo, cito a Agência Nacional de Águas - ANA, que instituiu o programa Qualiáguas, inicialmente criando instrumentos de monitoramento, para depois de 2 (dois) ou 3 (três) anos de discussões chegar ao desenho final do mesmo.

É oportuno frisar que a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, assinou Termo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas - ANA, para desenvolvimento do programa Qualiáguas, com estímulo financeiro a partir de cumprimento de metas. Com as metas cumpridas, a ANA premia com R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) por ponto, para cobrir gastos gerados nas coletas. Porém, a mensagem não estabeleceu os valores de recursos que serão disponibilizados à implementação de um programa da dimensão implantada e não há previsão de suplementação de orçamento ao aporte inicial para adequação do laboratório ao parâmetro solicitado.

Ainda, para a realização dos parâmetros estabelecidos no Autógrafo de Lei em comento, será necessário **up grade** de equipamento do Laboratório, aquisição de reagentes, mão de obra especializada, treinamento de pessoal, compra de veículos e equipamentos de coleta. Os gastos públicos **não foram contabilizados**, por não possuir nenhum tipo de planejamento amostral prévio, assim não há como prever o valor do orçamento inicial e de manutenção do programa que será utilizado para a adequação ao conteúdo em síntese.

Mediante aos fatos, infere-se que, a Constituição Federal outorga privativamente à União a competência para legislar sobre águas, nos termos do art. 22, inciso IV, que inclusive, criou a Agência Nacional de Águas - ANA, da qual dentre outras atribuições, executa o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas - PNQA, visando ampliar o conhecimento sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil, de forma a orientar a elaboração de políticas públicas para recuperação da qualidade ambiental em corpos d'água interiores como rios e reservatórios, contribuindo assim com a gestão sustentável dos recursos hídricos.

Assim sendo, apesar de não haver dúvidas quanto à benevolente intenção do legislador, o referido Ato Normativo mostra-se incompatível com as disposições constitucionais em âmbito Federal e Estadual, conforme se depreende da leitura dos dispositivos transcritos.

Desta forma, estamos diante de interferência direta em competência legislativa da União, caracterizando, assim, a inconstitucionalidade formal do Autógrafo em referência por vício de iniciativa, de forma que outra medida não cabe senão a imposição de vetar totalmente Autógrafo em comento.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente à pronta manutenção deste Veto Total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.



MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 20/05/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0018071793** e o código CRC **7346D86A**.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0005.187642/2021-05

SEI nº 0018071793

